



Estância – SE, 03 de Abril de 2025.

À Comissão de Licitação - INST.FED.DE EDUC.CIENC.E TEC.DE SERGIPE

Ref.: Recurso Administrativo – Pregão Eletrônico nº 90012/2025 – Item 33

Prezados,

Por este, a empresa Wagner de Azevedo Conceição, inscrito sob o CNPJ 55.621.110/0001-62, na qualidade de Microempreendedor Individual (MEI), vem respeitosamente interpor Recurso Administrativo contra sua desclassificação no Pregão Eletrônico nº 90012/2025, referente ao item 33 (marcador de página) do edital 17/2025, com base nos fundamentos a seguir:

1. DOS FATOS: Fui desclassificado sob a justificativa de não ter apresentado a Declaração de Contratos com outros Órgãos Públicos em atendimento às exigências do edital, conforme previsto no instrumento convocatório. No entanto, não me foi concedida a oportunidade de corrigir o equívoco ou complementar a documentação, o que, segundo a Lei nº 14.133/2021, deveria ser garantido ao licitante, principalmente quando se trata de um erro formal que não altera a competitividade do certame nem compromete a proposta. O Tribunal de Contas da União (TCU) já consolidou entendimento no sentido de que falhas meramente formais devem ser passíveis de saneamento, conforme Acórdãos nº 1214/2013 - Plenário e nº 746/2016 - Plenário.

2. DA POSSIBILIDADE DE SANEAMENTO DO ERRO: (ART. 64, §1º, LEI Nº 14.133/2021) A nova Lei de Licitações admite a correção de falhas ou complementação de documentos, conforme já decidido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em precedentes como o Acórdão nº 1214/2013 - Plenário e o Acórdão nº 746/2016 - Plenário, que reforçam o dever da Administração em conceder prazo para saneamento de falhas formais na documentação., conforme dispõe o art. 64, §1º:

"§ 1º O erro no envio de documentos exigidos para habilitação ou na proposta não implicará desclassificação automática do licitante, devendo ser concedido prazo para saneamento, exceto quando o erro impossibilitar o julgamento da proposta ou a habilitação."

Portanto, como MEI e microempresa, eu deveria ter tido a oportunidade de sanar a falha documental dentro de um prazo razoável, especialmente

considerando que o documento ausente não alteraria o conteúdo da proposta em si.

3. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO A MICROEMPRESAS E MEI (ART. 4º, LEI COMPLEMENTAR 123/2006) Além disso, a Lei Complementar nº 123/2006, que regula o tratamento favorecido às microempresas e MEI, prevê o direito à regularização de documentos em processos licitatórios. A desclassificação direta sem conceder esse direito fere o princípio da competitividade e a isonomia entre os participantes.

4. DO PEDIDO: Diante do exposto, solicito que este órgão reconsidere minha desclassificação, observando os princípios da eficiência administrativa e ampla concorrência, Caso não seja possível, requeiro que seja analisada a legalidade da desclassificação, bem como a possibilidade de reabertura do certame para garantir maior competitividade, evitando restrição indevida à participação de licitantes, e conceda um prazo para o envio da declaração faltante, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da Lei Complementar nº 123/2006. Caso não seja possível, requeiro que seja analisada a legalidade da desclassificação e, se cabível, avaliada a possibilidade de reabertura do certame para garantir maior competitividade. e conceda um prazo para o envio da declaração faltante, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da Lei Complementar nº 123/2006. Caso não seja possível, requeiro que seja analisada a legalidade da desclassificação, a fim de garantir que os princípios da ampla concorrência, razoabilidade e proporcionalidade sejam respeitados. Ou se necessário, em anexo, encaminho a Declaração de Contratos com Órgãos Públicos em atendimento às exigências do edital, devidamente preenchida, para fins de saneamento do erro formal.

Atenciosamente,

Wagner de Azevedo Conceição

Impressione Presentes

CNPJ: 55.621.110/0001-62 - ME

Telefone: 79 99606-7972 ou 99606-5061

E-mail: impressaoem@hotmail.com




DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A empresa 55.621.110 WAGNER DE AZEVEDO CONCEIÇÃO, inscrita no CNPJ sob o nº 55.621.110/0001-62, com sede à RUA PEDRO HOMEM DA COSTA, 424A, CENTRO, ESTANCIA - SE, por meio de seu representante legal abaixo assinado, vem, respeitosamente, declarar para os devidos fins, conforme exigência do Edital nº 17/2025 – Pregão Eletrônico nº 90012/2025, que:

Até a presente data NÃO POSSUI contratos firmados com a Administração Pública.

Declara, ainda, que permanece enquadrada como Microempreendedor Individual (MEI), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e que não ultrapassou o limite de receita bruta anual previsto para sua categoria.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

 Documento assinado digitalmente
WAGNER DE AZEVEDO CONCEICAO
Data: 03/04/2025 14:39:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ESTANCIA-SE, 03 de Abril de 2025.

WAGNER DE AZEVEDO CONCEIÇÃO

CPF: 043.154.735-10

Cargo: Proprietário

WAGNER DE AZEVEDO CONCEIÇÃO CNPJ: 55.621.110/0001-62